
A racionalidade dos conflitos civis armados, o modelo de campo e a ajuda humanitária

Filipa Almeida

Contextualização

O final da Guerra-fria foi encarado por muitos como o início de uma nova era na cena política internacional, caracterizada pela cooperação e conseqüente diminuição do número de conflitos. Com efeito, a maioria dos conflitos eram alimentados pelas superpotências rivais, funcionando como *proxy wars*. Mas embora o número de guerras entre países tenha diminuído consideravelmente nos anos 90, com um decréscimo de dois terços no número de vítimas mortais relativamente à década anterior, os conflitos civis aumentaram assustadoramente¹, com a agravante de se prolongarem no tempo e de assumirem contornos extremamente violentos. Os sucessivos acordos de paz negociados são rapidamente quebrados e estas guerras parecem perpetuar-se. Por outro lado, os ataques deliberados a alvos civis tornaram-se uma evidente tática de guerra. Cerca de 3,6 milhões de pessoas perderam a vida em guerras internas e o número de refugiados e de pessoas deslocadas internamente aumentou em cerca de 50% na última década do século XX (Relatório Desenvolvimento Humano 2002, PNUD, pp.2). Neste contexto, o fenómeno das migrações ganha uma nova dimensão e urge encontrar novas formas de abordagem desta problemática.

Numa primeira análise o fenómeno parece paradoxal e irracional. No entanto, uma análise mais cuidada permite integrá-lo. O fim da Guerra Fria implicou uma diminuição significativa da ajuda externa ao desenvolvimento, a qual representava um recurso fulcral para muitos países, empobrecidos pela sua posição periférica no contexto do sistema mundo. Regimes totalitários alimentados por potências estrangeiras, que recompensam a lealdade política com regalias económicas e políticas enfrentam agora o risco de colapso, pois o equilíbrio foi quebrado (vide exemplo de Mobutu na República Democrática do Congo). A guerra pode ser uma forma de obtenção de recursos para os grupos sociais envolvidos.

Estes conflitos parecem apresentar tendências e motivações particulares e distintas dos conflitos clássicos. As guerras civis actuais encorajam o crime, mais do que a rebelião (KEEN, 1998, pp.54). Neste início de século XXI, em que a ordem neoliberal se tornou dominante, a violência política parece ter-se tornado um problema do passado, mesmo para os intelectuais. No entanto, é praticada em muitos pontos do globo por milhões de pessoas desesperadas. Assiste-se assim a uma transição da violência popular política motivada por causas ideológicas para a violência delinvente de sociedades anómicas, profundamente desestruturadas pela nova ordem económica (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp.19).

Necessidade de novas abordagens ao fenómeno da guerra civil

Tradicionalmente as guerras são definidas como um fenómeno em que duas ou mais facções com motivações ideológicas distintas travam lutas pelo poder, sendo a vitória o objectivo último das partes. Esta abordagem parece adaptada às lutas anticoloniais.

Alguns analistas tentam explicar o fenómeno atípico das guerras civis pós Guerra Fria recorrendo a uma espécie de “teoria do caos”. Nesta perspectiva, o fim da Guerra Fria veio libertar antigos ódios tribais e despertar conflitos étnicos mantidos anteriormente sob controle por regimes totalitários. A guerra surge assim como uma manifestação de pulsões violentas ancestrais, profundamente irracionais.

¹ Como se pode constatar pela análise do Anexo 1, a esmagadora maioria dos conflitos armados activos em 2002 eram de natureza interna

Finalmente, para a ONU e a generalidade das ONG's, a guerra é interpretada como um fenómeno disruptivo do processo de desenvolvimento, prejudicial a todos.

No entanto, nenhuma destas abordagens parece fornecer uma interpretação clara dos problemas dos conflitos actuais. Torna-se assim necessário introduzir novas variáveis explicativas, partir de novas premissas de base para conseguir compreender a complexidade do fenómeno, colocar novas questões (KEEN, 1998, pp.11):

- Qual a utilidade do conflito?
- Em nome de que interesses o conflito é travado?
- Quem produz a violência, quando e porquê?
- Vencer o conflito é a principal preocupação das partes?
- A guerra tem consequências económicas negativas para alguns. Mas para quem tem benefícios?
- Os conflitos persistem apesar da racionalidade ou como consequência da mesma?
- Porque tende esta nova vaga de conflitos a perpetuar-se no tempo?
- Porquê o ataque a alvos civis como tática de guerra?

Compreender esta nova onda de conflitos não é meramente uma pretensão diletante mas uma necessidade premente, pois pelas suas características possuem um potencial altamente destruturante das sociedades. Pela sua extrema violência e preferência por alvos civis provocam migrações massivas forçadas. O facto de se prolongarem indefinidamente no tempo é mais um factor agravante, pois os indivíduos em fuga resistem a regressar aos seus locais de origem, quer por motivos de segurança, quer por não terem meios de subsistência em sociedades em que as actividades económicas tradicionais, como a agricultura e a indústria, se encontram totalmente destruídas. Sendo o fenómeno de êxodos de massa geridos através da instalação de campos, geralmente nas fronteiras dos países vizinhos, verificam-se também pressões sobre as sociedades de acolhimento. Um dos exemplos mais dramáticos é o da zona dos Grandes Lagos, onde a massa de refugiados oriundos do Ruanda e do Burundi em 1994-1995, concentrados em campos situados ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo, acabou por conduzir à guerra civil neste país e por alastrar a toda a região, ligando-se a outras guerras como a do Sudão e de Angola.

Os benefícios económicos da guerra civil

Os fenómenos dos conflitos civis são altamente complexos e a sua compreensão exige uma abordagem pluridisciplinar. No entanto, para entender a violência que lhes está associada, é necessário entender as causas económicas que os suportam, pois aqui reside a motivação racional das estratégias adoptadas pelas partes em presença. As elites, ou seja o Estado e a(s) facção(ões) rebelde(s) têm frequentemente interesses partilhados na guerra. Existem exemplos de cooperação entre as partes, através de acordos de comércio e venda de material de guerra, como no caso da ex-Jugoslávia, Libéria e Serra Leoa. Na Libéria existem mesmo movimentos de coordenação na passagem por territórios para que os exércitos beligerantes não se cruzem. Com efeito, neste tipo de guerras, os confrontos directos entre as partes são mínimos.

Segundo David Keen, a guerra é encarada como um fim e não como um meio, tornando-se numa forma alternativa de desenvolvimento da actividade económica (1998, pp.11).

Para além do benefício económico evidente associado ao controle do Estado existem outros, potencialmente mais vantajosos, apenas possíveis em tempos de guerra. Esta constitui uma forma de legitimar acções de violência que de outra forma seriam consideradas crimes. Assim, a eterna manutenção de conflitos de baixa intensidade que permitem às partes o acesso aos recursos funciona como uma forma de equilíbrio (e não um momento disruptivo como defendido pelas agências de ajuda humanitária).

Os benefícios económicos deste tipo de conflito são os seguintes (KEEN, 1998, pp.15:17):

- Pillagens: meios de substituição ou reforço dos salários dos soldados. Situações desta natureza aconteceram em alguns países da Europa após a queda dos regimes comunistas, na ex-Jugoslávia no período 1992-95. Existem também notícias de

- pilhagens em larga escala nos anos 80, no Sudão, em que os negociantes do norte promoveram a organização de furtos de gado em larga escala no sul do país.
- Protecção a troco de pagamento monetário: caso dos Senhores da Guerra, da Mafia, etc. Saliente-se que esta forma de extorsão se encontra amplamente disseminada nos campos de refugiados. A pressão das mafias sobre os habitantes dos campos que rodeiam a União Europeia é do conhecimento geral.
 - Controle ou monopólio do comércio: factor importante de motivação nas guerras civis em África, na Ásia e na América Latina, podendo mesmo falar-se de mercados forçados, por oposição às forças de mercado, que ditam a distribuição dos recursos. A guerra provoca também movimentos de preços favoráveis a alguns grupos, permitindo-lhes dominar ou restringir mais facilmente as facções rivais lutando pelo mesmo recurso. Existem também subornos aos oficiais para quebra de restrições governamentais.
 - Exploração laboral: as populações civis passam a ser mais um recurso em disputa no conflito. Ameaçar indivíduos ou grupos e controlá-los torna-se uma forma de obtenção de mão-de-obra barata, ou mesmo escrava, como no Sudão e Myanmar.
 - Acesso e apropriação de terra, água e outros recursos naturais: mais uma vez, a eleição da população civil como alvo provoca a despovoação de grandes áreas populacionais, que podem agora ser controladas pelos grupos em disputa, permitindo-lhes o acesso a recursos considerados valiosos ou escassos.
 - Apropriação e furto dos recursos da ajuda humanitária: a própria violência da guerra e o sofrimento infligido a civis atrai ajuda humanitária, que se torna um recurso num contexto de desinvestimento, particularmente valioso em contextos de guerra prolongada, em que por exemplo, o produto dos saques vai diminuindo. Também aqui a violência garante o acesso aos recursos, através do furto ou do controle das populações alvo. Mesmo durante a Guerra Fria, os recursos injectados pelas superpotências provocavam movimentos de *rent-seeking* por parte dos grupos locais, reforçando as suas motivações de perpetuação do conflito. Nos campos a apropriação deste recurso torna-se particularmente evidente, conforme referido adiante.
 - Benefícios para os militares: existem vantagens para os militares em tempos de guerra, não só através do alargamento dos quadros dos exércitos das partes em conflito, mas também por auferirem eventualmente de maiores benefícios.

A participação da população civil no conflito

Conforme referido anteriormente, as guerras civis nos seus contornos actuais apelam mais ao crime do que à rebelião. Não se procura o apoio dos civis, tanto do lado governamental como rebelde, pois este não é importante no contexto da luta pelos recursos. Ambos os lados cometem abusos sistemáticos contra a população, a qual vive num contexto de violência estrutural² acentuada. Tendencialmente, a intensidade desta violência apresenta uma correlação positiva com o tempo de duração do conflito. Quanto mais prolongada a guerra, maior será a destruição das actividades económicas tradicionais, como a agricultura e indústria e consequentemente, maior será a dificuldade da população em obter recursos essenciais. Em Angola, na República Democrática do Congo, são bem conhecidos casos de indivíduos que despojados das suas terras e bens por ambas as facções, dependem do consumo de raízes e plantas para a sua sobrevivência. Sendo a violência um fenómeno mimético, que se auto-reproduz (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp.1), quanto mais prolongada for a exposição das populações a este contexto de privação acentuada, percepção de graves injustiças, sensação de falta de protecção, de impunidade pela prática de actos violentos, falta de perspectivas futuras, maior será a sua sensibilidade a manipulações étnicas e a sua tendência para o envolvimento no conflito particularmente no caso dos jovens, que aqui representam novamente

² O conceito de violência estrutural entende-se aqui na acepção de Scheper-Hughes e Bourgois. É a violência da pobreza, fome, privação, humilhação e exclusão social continuada (2004, pp.1)

um grupo de risco, cujo processo de socialização anterior foi interrompido. A adesão a grupos armados ou militares³ pode ser motivada pela busca de rendimentos ou pela procura da excitação associada à violência, em sociedades altamente infiltradas pelo fenómeno (KEEN, 1998, pp.45:46). Finalmente, a violência pode ainda ser encarada pelos indivíduos como o último recurso e considerada como legítima num contexto social, político e económico que lhes é altamente desfavorável (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp.3). Estes argumentos são também válidos no caso dos campos de refugiados/deslocados.

A participação no conflito e a prática de actos violentos pode ser forçada ou voluntária. Nestes casos, a linha entre a coerção e a motivação pessoal é muito ténue. Por exemplo, no caso da Libéria e da Serra Leoa era muito perigoso para um jovem assumir uma posição neutral, pois seria tendencialmente acusado por uma das partes de pertencer à facção contrária, não beneficiando sequer da protecção da mesma.

Em conclusão existe uma forte ligação entre a privação acentuada e continuada da violência estrutural⁴ e a violência que é praticada pela população civil e se assemelha a actos de banditismo. O potencial desestruturante deste tipo de violência é também muito elevado.

Saliente-se que esta infiltração social da violência não deve ser confundida com as regras das sociedades segmentarias, nas quais o monopólio do exercício da violência não é estatal e cada indivíduo pode legitimamente praticar actos de violência, de acordo com as normas sociais vigentes, como acontece com os Pashtuns no Afeganistão (Sigrist, pp.15). No caso dos conflitos civis aqui abordados, os indivíduos praticam actos de violência no quadro de sociedades em que o Estado detém o monopólio da mesma no espaço territorial que controla. Trata-se assim de violência praticada no contexto do enfraquecimento estatal e interpretável como uma situação em que determinada sociedade entra numa espiral descendente, tendencialmente autodestrutiva.

Ajuda de emergência e campos de refugiados

A ajuda de emergência surge no contexto do sofrimento provocado pela violência da guerra, apresentando-se como neutral. Parte da premissa que os danos civis são colaterais e não um dos instrumentos do conflito (KEEN, 1998, pp.56). Assume-se também que a concentração de grandes massas populacionais em fuga em campos é um modelo de gestão eficaz, pois permite teoricamente garantir uma maior segurança aos refugiados e uma maior facilidade na distribuição dos itens da ajuda.

Estes são dois pressupostos perniciosos. Primeiramente, a relação entre ajuda de emergência e violência é complexa. A ajuda humanitária arrisca-se a transformar-se em mais um recurso, uma motivação adicional para a perpetuação do conflito, ou pior ainda, a integrar a política económica do mesmo. Os campos podem ajudar ao controle de uma determinada população por parte do governo ou dos rebeldes ou podem ser alvo de ataques, quer para furto dos itens da ajuda, quer no contexto da escalada de violência contra civis, funcionando como um factor motivador para a injeção de mais recursos.

Por outro lado, os campos de refugiados são frequentemente infiltrados por forças militarizadas. Na ausência de uma estratégia adequada por parte dos dadores da ajuda humanitária e comunidade internacional, assiste-se à manipulação dos refugiados pelos combatentes e à reprodução e ampliação das tensões étnicas e clivagens das sociedades de origem. A população encontra-se aqui totalmente despojada dos seus bens, dependente da ajuda externa e confinada a um determinado espaço. Os campos tornam-se assim locais por excelência de recrutamento de novos membros para as milícias, especialmente entre as camadas jovens.

O caso do êxodo dos hutus do Ruanda após o genocídio de 1994 é particularmente ilustrativo dos efeitos potencialmente desastrosos do modelo de gestão de campo⁵. Os campos

³ Grupos militares distinguem-se dos grupos armados, pois os primeiros são organizados de acordo com uma determinada estrutura hierárquica e código de conduta

⁴ Saliente-se novamente que o conceito de violência estrutural entende-se aqui na acepção de Scheper-Hughes e Bourgois. É a violência da pobreza, fome, privação, humilhação e exclusão social continuada (2004, pp.1)

de Goma, principal local de concentração das massas em fuga, abrigavam as forças militares no exílio, bem como a população civil. Tornaram-se rapidamente num microcosmo do Ruanda pré-genocídio. As FAR (Forças Armadas Ruandesas) e as milícias Interahamwe continuavam a controlar a população, reproduzindo exactamente a estrutura administrativa existente anteriormente neste país. Os trabalhadores da ajuda humanitária entregavam os itens da ajuda aos líderes locais, para que a redistribuíssem, considerando ser esta a forma mais rápida e eficaz de fazer chegar os recursos essenciais aos refugiados. Os perpetradores do genocídio detinham assim o monopólio de recursos, permitindo-lhes reforçar o seu controle sobre as populações e aumentar o nível de violência. Rapidamente estavam a cobrar impostos à população despojada, especialmente os que trabalhavam para as agências humanitárias. Estes campos funcionaram como autênticos locais de recomposição das FAR e das Interahamwe, tornando-se autênticas bases militares. Este é um claro exemplo em que a ajuda humanitária não conseguiu diminuir violência exercida sobre as populações, fornecendo ainda recursos importantes para a alimentação do conflito. As condições de segurança foram-se também deteriorando, até que em 1996 o *staff* das Nações Unidas e restantes ONG's foram forçados a abandonar a área por questões de segurança, deixando as populações entregues à sua sorte (UNHCR, 2000, pp.246:254)⁶.

Conclusão

A última década do século XX foi marcada pela proliferação dos conflitos civis armados, caracterizados por um elevado nível de violência, dirigida intencionalmente contra alvos civis e pela sua duração prolongada. Estes conflitos são altamente destruturantes das sociedades e originaram grandes movimentos de massas, dando uma nova dimensão ao fenómeno dos refugiados e deslocados internos. Argumenta-se nesta comunicação que estas novas guerras não são expressões irracionais de ódios ancestrais, nem interrupções num processo de desenvolvimento benevolente. São antes a expressão da racionalidade dos actores na sua busca de recursos, constituindo também estados de equilíbrio entre as partes em contenda.

Pelos êxodos que provocam, estes conflitos trazem novamente para a luz a questão dos campos de refugiados/deslocados como modelo de gestão de grandes movimentos de massas, a função da ajuda humanitária e do papel da comunidade internacional neste contexto.

Bibliografia

- BOURGOIS, P. & SCHEPER-HUGHES, N., “*VIOLENCE – An Anthology*”, Blackwell Publishing, United Kingdom, 2004
- KEEN, D., “*The Economic Functions of Violence in Civil Wars*”, Oxford University Press, New York, 1998
- PNUD, “*Relatório do Desenvolvimento Humano 2002: Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado*”, Mensagem – Serviços de Recursos Editoriais, Lisboa, 2002
- SIGRIST, C., “*Segmentary Societies: The Evolution and Actual Relevance of an Interdisciplinary Conception*”, Oxford University Press, New York, 1998
- UNHCR, “*The State of World’s Refugees 2000*”, in

<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/publ/openssl.pdf?id=3ebf9bb60&tbl=MEDIA>

⁵ O caso da situação ruandesa foi escolhido como um exemplo entre muitos possíveis. Situações desta natureza tiveram lugar em muitos outros pontos do globo, como nos campos de refugiados no Afeganistão, da Palestina, entre outros.

⁶Também nos campos que abrigam os migrantes às portas da União Europeia as mafias exercem um controle substancial sobre as populações